

psi



Conselho Regional
de Psicologia SP

nº 181 • Dezembro • 2014 | Janeiro • 2015



IV CONGRESSO BRASILEIRO PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO

OS IMPACTOS DA PSICOLOGIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA:
A POLÍTICA DA CIÊNCIA E DA PROFISSÃO



EDITORIAL

3

CONTEXTUALIZAÇÃO

Entenda por que a realização do IV CBP é uma vitória do FENPB

4

HOMENAGENS

Psicólogas/os são lembradas/os por suas contribuições à ciência e à profissão

6

PROCESSOS DE TRABALHO

Ciclo de debates traz à tona experiências sobre Gestão Pública

8

A avaliação psicológica em seus diversos campos de atuação

10

ATIVIDADES

Ciclo Brincar: A importância do resgate da vida lúdica para crianças e adultos

12

PRÁTICAS DAS/OS PSICÓLOGAS/OS

Profissionais descrevem suas rotinas de trabalho e pesquisas nas sessões “Como eu Faço”

15

DIÁLOGOS

Diálogos (Im) Pertinentes fazem Psicologia discutir temas como desigualdade social, moradia e comunicação

19

A voz da América Latina – Psicólogos da Colômbia e Costa Rica trazem suas contribuições aos diálogos latino-americanos

24

CARAVANAS

Grupos de estudantes universitários cruzam o País para participar do “Congressão”

26

CRP SP

Um balanço da contribuição do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo aos avanços do CBP e ao diálogo entre ciência e profissão

28

Conselho Regional
de Psicologia SP

psi 181

Publicação do Conselho Regional de Psicologia
de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidenta | Elisa Zaneratto Rosa
Vice-presidenta | Adriana Eiko Matsumoto
Secretário | Guilherme Luz Fenerich
Tesoureira | Gabriela Gramkow

Conselheiros

Alacir Villa Valle Cruces, Ana Paula Porto Noronha,
Aristeu Bertelli da Silva, Bruno Simões Gonçalves,
Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo
Schezzi, Elisa Zaneratto Rosa, Graça Maria de Carvalho
Camara, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Ilana
Mountian, Janaina Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares
de Carvalho, Jonathas José Salathiel da Silva, José
Agnaldo Gomes, Livia Gonsalves Toledo, Luis Fernando
de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria
das Graças Mazarin de Araujo, Maria Erminia Ciliberti,
Marília Capponi, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso,
Moacyr Miriussi Bertolino Neto, Regiane Aparecida
Piva, Sandra Elena Spósito, Sergio Augusto Garcia
Junior e Silvio Yasui.

Realização Di Presse Editorial

Jornalista responsável Ediane Parente (Mtb: 21.960)

Reportagens Bruno Borin, Ediane Parente
e Sílvia Caricati

Fotografia: Kinho Schiavo

Direção de arte Paula Correa Clemente

Capa: Fotos CRP SP

Contracapa: Fotos Kinho Schiavo e
montagem de Paula Correa Clemente

Impressão Rettec Artes Gráficas

Tiragem 86.000 exemplares

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410-020 São Paulo SP
Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Comunicação | comunicacao@crpsp.org.br
Site | www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira |
tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315Ciência e Profissão:
um diálogo para a Psicologia
que o Brasil precisa

Muitos e diferentes sotaques. Outras línguas. Encontros: entre diferentes Psicologias, com profissionais de outras áreas, com gestores públicos, com usuários de serviços, com movimentos sociais. Diversidade: de práticas, de teorias, de campos de atuação, de entidades, de temas. Momentos culturais, momentos festivos, momentos reflexivos, momentos de embate, momentos de debate. Esse poderia ser um possível mosaico de sentenças ou imagens capazes de expressar esse maior encontro da Psicologia brasileira. Ocorrido entre os dias 19 e 23 de novembro de 2014 na cidade de São Paulo, o IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão reuniu milhares de pessoas, em sua maioria psicólogas/os, garantindo mais uma vez a efetivação desse grandioso Congresso da Psicologia em nosso país.

Grandioso não apenas pelo número de pessoas nele presentes. Grandioso porque é realizado pelo conjunto de entidades que organizam a Psicologia brasileira em sua diversidade e pluralidade. No Congresso, como costumamos chamá-lo, convocamos as/os psicólogas/os por meio das diferentes entidades que compõem o FENPB (Fórum Nacional de Entidades da Psicologia Brasileira). O Congresso é construído por esse Fórum. Portanto, ele possibilita algo único. Surgindo do compromisso com o encontro e o diálogo entre ciência e profissão, o CBP possibilita o encontro e o diálogo entre Psicologias constituídas nos mais diferentes espaços e campos de trabalho, seja em termos de áreas, de teorias, de espaços de atuação ou do território em que se localizam.

As/os psicólogas/os do estado de São Paulo tiveram, mais uma vez, a satisfação de receber o CBP e, com ele, as/os psicólogas/os de todo Brasil. Rea-

firmamos, como CRP SP, nosso compromisso com essa Psicologia que, porque se compromete com a construção de um país com vida digna para todos, precisa aprender e dialogar com especificidades que, expressando-se nas diferentes regiões, constituem a subjetividade do povo brasileiro.

Essa edição especial de nossa revista é parte desse compromisso. É preciso registrar as discussões produzidas nesse momento, porque elas falam de uma etapa essencial da construção histórica de nossa profissão e de sua trajetória em nossa sociedade. É preciso fazer chegar a outras/os psicólogas/os um pouco do que esteve presente nesse grande encontro, pelo que esse pouco representa em termos do momento em que chegamos nos avanços da Psicologia como ciência e profissão. É

preciso fazer com que esses debates tenham continuidade e que o diálogo entre ciência e profissão se concretize no dia-a-dia de nosso trabalho.

Do conjunto das experiências que foram apresentadas e discutidas, sob as mais diferentes formas (oficinas, simpósios, pôsteres, “como eu faço”, dentre outros), resulta uma agenda

importante para a Psicologia. Essa agenda sem dúvida se reflete nos projetos que assumimos como prioritários para a gestão do CRP SP no ano que se inicia. O CRP SP se transforma na medida em que participa desse grande congresso. E se transforma porque pode fazer uma gestão mais atenta àquilo que se apresenta como urgência para os avanços da Psicologia que nossa sociedade necessita.

XIV Plenário do Conselho Regional
de Psicologia de São Paulo

IV CBP: uma vitória do FENPB

Realização do IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, um trabalho que coroa esforço do conjunto das entidades da Psicologia brasileira



Foram 5 dias de mergulho profundo nas questões da Psicologia – da grande cerimônia de abertura no Palácio das Convenções do Anhembi aos quatro dias de quase 12 horas de programação em dois prédios da Universidade Nove de Julho (Uninove), na região da Barra Funda, em São Paulo: simpósios, Diálogos (Im) Pertinentes, minicursos, reuniões, oficinas, mesas-redondas, conferências, além das sessões “Conversando Sobre” e “Como eu Faço” e os tradicionais “Pôsteres”.

O CBP é um evento gigantesco idealizado e realizado a cada quatro anos pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira - FENPB, formado por 22 entidades da Psicologia. Ele foi pensado para abrigar o diálogo da diversidade da Psicologia no Brasil, ser o

lugar para o encontro da ciência e da profissão, ser um momento importante no desenvolvimento da identidade das/os psicólogas/os, possibilitar divulgação e debate de questões, abordagens e construções da Psicologia e finalmente para ser um local de desenvolvimento do compromisso da Psicologia com as necessidades da sociedade brasileira.

Ao fim do evento, que reuniu cerca de 8 mil pessoas, o saldo é extremamente positivo: “Foi um sucesso”, assinalou Fabian Rueda, coordenador geral do Congresso, lembrando que o resultado coroa um esforço que começou em 2013, num trabalho conjunto de todas as entidades formadoras do FENPB. “Tivemos representação de todos os estados brasileiros, mais do Distrito

Federal, outra vez demonstrando toda a diversidade da Psicologia.”, assinalou. Para ele, a presença dos estudantes foi muito importante, com a participação da academia.

“A cada Congresso, consolida-se mais a ideia de conversa entre a ciência e a profissão”, diz Rueda. Trata-se de um exercício que as entidades do FENPB vêm realizando desde o início dos anos 2000. “O que tem de ficar claro é que esse grande encontro só se faz possível e acontece pela união das entidades da Psicologia, num contexto em que não há nenhuma mais importante do que a outra. É o coletivo que fez o Congresso, e ele veio para ficar.”

Sem visar lucro, tudo o que se arrecada – com os expositores e inscrições – é revertido para a realização do próprio Congresso. Fabian Rueda destaca ainda a participação decisiva do CRP SP, que torna a realização do evento possível em São Paulo. Outro destaque, segundo ele, foi a participação da Ulapsi (União Latinoamericana das Entidades de Psicologia). “Pensando em ciência e profissão, é com os demais países da América Latina que o Brasil mais tem em comum em termos de realidade social e história; é com eles que devemos conversar, para juntos encontrarmos caminhos comuns para a solução de problemas também comuns”. O presidente do IV CBP observou a importância de



Uma evolução histórica

É da natureza do Congresso ir se aprofundando e se ampliando. Desde o I CBP, realizado em 2002, o evento foi pensado para ser o grande encontro da Psicologia. Nesta edição de 2014, a principal marca foi a sua diversidade e conexão com a realidade brasileira. Quem resume é a psicóloga Ana Bock, secretária executiva do IV CBP e ex-presidenta do CRP SP e do CFP, que acompanhou de perto todas as edições anteriores. Para ela, a ampla participação nacional, com a presença de todos os estados, é um dos pontos altos desta vez. “É a diversidade dos temas, que sempre caracterizou o Congresso, agora foi mais uma grande conquista”, diz. Segundo Ana, as discussões sobre ciência e a profissão, que se constituem no maior desafio do CBP, são cada vez mais importantes, e elas vão se ampliando a cada edição.

Para Ana, destaques deste ano no Congresso não presentes nos anteriores foram os Diálogos (Im) Pertinentes e as mesas sobre Processos de Trabalho. A respeito dos primeiros, ela realça a relevância dos debates, que reforçam o novo momento da Psicologia. Num breve histórico, Ana lembra do esforço da Psicologia para se reconhecer a si mesma – decorre daí a importância da criação do FENPB e da realização do CBP. “Agora que ela (a Psicologia) já sabe quem é, pode conversar com as outras



áreas”, afirma, citando os “Diálogos” como momentos de debates de qualidade com outras áreas que foram muito bem percebidos e recebidos pelos palestrantes convidados.

No quesito discussões sobre Processos de Trabalho, Ana Bock enxerga um novo caminho de desenvolvimento, em que se quebra a tradição de falar por áreas e começa a se falar de processos. Para ela, isso corresponde a uma qualificação e aprofundamento do trabalho, onde não mais interessa onde se atua, mas sim de que forma.

a Ulapsi assegurar a presença de pelo menos um representante de cada um dos países que participam da entidade no Congresso.

Ângela Fátima Soligo, secretária executiva do FENPB, explica que foram formadas duas comissões de trabalho para que o Congresso se tornasse possível: uma comissão geral, presidida por Fabian Rueda, e uma comissão científica, a cargo de Maria da Graça Marchina Gonçalves. “Cada qual com suas equipes, com membros indicados pelas entidades, trabalharam ativamente desde 2013”. Ângela explica que os nomes de cada sessão, de cada debate, foram fruto de um diálogo, de todo um trabalho que é articulado entre as comissões e o Fórum. “Uma coisa importante é que nós decidimos quais os temas que

privilegiaríamos, pensando nos que interessam a quem está nessa realidade, as psicólogas/os”. Segundo ela, os simpósios magnos também são frutos dessa articulação. “Creio que a gente vai construindo o CBP com várias possibilidades, desde os grandes temas até os menos abordados. Cada entidade propõe um conjunto grande de atividades. “Queremos que as pessoas caibam no Congresso. Aqui, os grandes são pequenos e os pequenos são grandes. Todos têm de caber, todos têm de ter espaço de expressão para se reconhecer como a Psicologia é grande e como é importante que se perceba o quão grande é também o seu papel na sociedade”, ela sintetiza.

Para algumas entidades, o resultado foi considerado extremamente favorável: Irani Tomiato

de Oliveira, da Abep (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia), ressaltou a imensa importância do IV CBP para os estudantes. Para ela, é momento e local para começarem a se integrar e a se verem encantados com o tamanho e a diversidade da Psicologia no País. Irani enxerga o evento como de suma importância para a formação de novos profissionais.

Para o psicólogo recifense Jayme Penerai Alves, presidente da FLAAB (Federação Latino Americana de Análise Bioenergética), a participação no IV CBP foi um marco. “A área de Psicologia corporal despertou muito a atenção. Formaram-se filas imensas em todas as oficinas que fizemos”, conta. A entidade levou 35 trabalhos ao evento.



Homenagens

Profissionais de referência na Psicologia são lembrados por suas importantes contribuições



† Angel Pino Sirgado (1933-2013)

† Beatriz Helena Whitaker Ferreira Lefèvre (1926-2013)

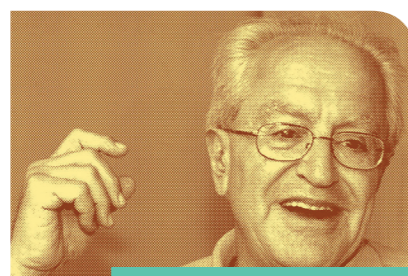
† Bianca Suzana Guevara Werlang (1955-2013)

† David Epelbaum Zimmerman (1930-2014)

† Geraldina Porto Witter (1934-2014)

† José Outeiral (1948-2013)

† Maria Cristina Carvalho da Silva (1960-2012)



† Cesar Ades (1943-2012)

† Maria Helena Novaes Mira (1926-2012)

† Maria Tereza Claro Gonzaga (1956-2011)

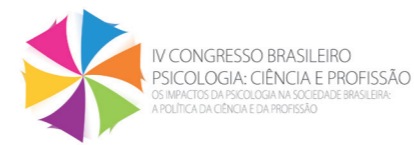
† Osvaldo José Filidoro (1946-2011)

† Rubem Alves (1933-2014)

† Samuel Pfromm Neto (1932-2012)

† Tatiana Ramminger (1973-2014)

† Thaís Virgínia Sucupira Kampf (1960-2014)



É tradição que em cada Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão se abra espaço para um momento significativo para recordar os colegas que morreram no período.

Na abertura do IV CBP não foi diferente e foram homenageados 17 profissionais que muito fizeram pela Psicologia no Brasil, muitos deles precursores em avanços da profissão. Nas palavras da psicóloga Ana Bock, que leu as homenagens, eles “deixaram um legado de conhecimento, de trabalho profissional e de luta, tendo dedicado suas vidas à ampliação da inserção da Psicologia na sociedade brasileira”.

A homenagem se fez com breve apresentação sobre cada um. Depois, durante os quatro dias do IV CBP, houve a exposição no 1º andar do prédio principal do evento com painéis. A seguir, a lista dos que se foram desde o último CBP:



† Fúlvia Rosemberg (1942-2014)



† Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri (1923-2013)



Presencialmente, foram também homenageados 17 profissionais pioneiros no desenvolvimento da Psicologia em diferentes áreas, que decidiram fazer a diferença na profissão. Esses profissionais seguem atuantes e foram indicados pelas entidades que compõem o FENPB. São estes:

◆ **Alvino Augusto de Sá:** livre docente em Criminologia e especialista em Psicologia Jurídica, titular do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

◆ **Antônio da Costa Ciampa:** precursor nos estudos sobre identidade na perspectiva materialista histórica.

◆ **Antônio Virgílio Bittencourt Bastos:** doutor em Psicologia Organizacional, é coordenador da área de Psicologia da CAPES.

◆ **Bellkiss Wilma Romano:** implantou o primeiro curso de Psicologia hospitalar realizado no Brasil.

◆ **Claudio Simon Hertz:** coordenador do Laboratório de Mensuração da Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS e presidente da Assoc. Bras. de Psicologia Positiva.

◆ **Delvo Ferraz da Silva:** psicólogo acupunturista e especialista em Fisiologia Humana Aplicada à Medicina.

◆ **Ecléa Bosi:** professora emérita e titular do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP.

◆ **Eda Marconi Custodio:** orienta pesquisas referentes à avaliação psicológica, em particular a avaliação psicodinâmica de crianças com queixa escolar e da relação com familiares.

◆ **Jayme Panerai Alves:** diretor do Libertas Comunidade e diretor de comunicação da Sociedade de Análise Bioenergética do Nordeste.

◆ **Latife Yazigi:** coordenadora do Programa de Especialização em Psicologia da Saúde da Universidade Federal de São Paulo.

◆ **Lucy Leal Melo-Silva:** livre docente pela USP-Ribeirão Preto e editora da Revista Brasileira de Orientação Profissional da Assoc. Bras. de Orientação Profissional.

◆ **Luiz Pasquali:** fundador do Laboratório de Psicologia, Avaliação e Medidas (LABPM), na Universidade de Brasília.

◆ **Maria Helena de Souza Patto:** pela sua importante contribuição para a Psicologia Escolar no Brasil.

◆ **Mathilde Neder:** pioneira no desenvolvimento da Psicoterapia breve no Brasil e Psicologia Hospitalar.

◆ **Odette de Godoy Pinheiro:** pela sua história de contribuição ao debate na formação em Psicologia. Foi diretora da Faculdade de Psicologia da PUC-SP e presidenta do Sindicato dos Psicólogos de SP.

◆ **Terezinha Féres-Carneiro:** psicoterapeuta de Família e Casal. Coordena o Grupo de Trabalho da Assoc. Nac. de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

◆ **Thereza Pontual de Lemos Mettel:** contribuiu para a estruturação e funcionamento do CFP e Conselhos Regionais de Psicologia.



Intensificando o diálogo entre diferentes áreas

Trabalhos são apresentados a partir de áreas de atuação, de acordo com os processos de trabalho que representam



IV CONGRESSO BRASILEIRO
PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO
OS IMPACTOS DA PSICOLOGIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA:
A POLÍTICA DA CIÊNCIA E DA PROFISSÃO

Pela primeira vez no CBP, os trabalhos foram apresentados não só a partir das áreas de atuação a que são relativos, mas aos processos de trabalho que representam. Perspectiva importante, que aponta uma ênfase não ao espaço ou o campo em que a prática ou a pesquisa se desenvolvem, mas à característica do trabalho realizado.

Assim, podemos estar atuando, por exemplo, com processos de avaliação nas mais diversas áreas (educacional, clínica, esporte, trabalho ou outras). Esses trabalhos têm algo em comum e é importante deba-

termos as especificidades dos processos de avaliação e construirmos avanços a partir das contribuições advindas dessa prática em diferentes áreas. Esse foi o objetivo da nova forma de apresentação dos trabalhos no IV CBP. Superar a separação tradicional entre diferentes áreas da Psicologia e intensificar o diálogo entre elas a partir dos muitos aspectos que guardam em comum e que se concretizam nos processos de trabalho realizados.

A programação do Congresso reservou um espaço para debate acerca de cada um dos 15 processos de trabalho (veja quadro) que organizaram as apresentações do CBP visando justamente intensificar esse diálogo. Apresentamos aqui dois desses debates.

Processos de trabalho

- ▶ Acolhimento
- ▶ Acompanhamento
- ▶ Avaliação
- ▶ Comunicação
- ▶ Culturais
- ▶ Educativos
- ▶ Formativos
- ▶ Formativos de Psicólogos
- ▶ Grupais
- ▶ Mobilização Social
- ▶ Organizativos
- ▶ Orientação e Aconselhamento
- ▶ Planejamento e Gestão Pública
- ▶ Investigativos
- ▶ Terapêuticos

Gestão pública: práticas inspiradas por desafios

Diálogo e participação popular nas tomadas de decisões compartilhadas sobre o destino de orçamentos e as prioridades em serviços públicos. Engajamento da sociedade civil. A necessidade de endereçar ações que visem o coletivo - sem tirar os olhos de aspectos singulares, que identifiquem as pessoas e as comunidades às quais pertencem, os territórios que ocupam, as vulnerabilidades que impactam suas condições de vida.

Lado a lado, esses são alguns dos aspectos que tornam a gestão pública um contexto desafiador. Nos bastidores desse processo, os

profissionais da Psicologia podem protagonizar a avaliação e a elaboração de propostas que visam a transformação, o aprimoramento e a evolução de práticas e políticas.

No debate “Processos de Planejamento e Gestão Pública: caracterização da prática e desafios”, alguns aspectos merecem destaque.

Política de Estado e Participação Popular

A defesa de políticas públicas de garantia de direitos como política de Estado requer reflexões importantes acerca dos compromissos estabelecidos por estas políticas,

razão pela qual a dimensão participativa das políticas públicas é fundamental, segundo a psicóloga e professora Sandra Maria Sales Fagundes, então secretária estadual da Saúde do Rio Grande do Sul.

“Se pensarmos a política pública como uma política de Estado, regras e ações são adotadas e decisões são tomadas na direção dos interesses de quais atores da sociedade? Daí a inflexão: como tomar uma decisão, quando estamos falando de uma política que sempre dialoga com atores sociais? A quem essa política serve?”, avalia.

Do ponto de vista ético e político,



Emilia Estivalet Broide, Peter Kevin Spink e Sandra Maria Sales Fagundes: desafios da gestão pública

a gestão pública deve considerar em seu planejamento as respostas ao “porquê”, “para quê”, “com quem” e “para quem”. “São indagações que precisamos fazer na gestão pública, pensando nas ações e no público que será beneficiado por elas”, comenta a psicóloga.

Segundo Sandra, a busca da democratização do Estado está fundamentada pelo desafio de unir o Estado e a sociedade. Em suas palavras: “Abrir cada vez mais o Estado e encontrar porosidades para uma participação preferencialmente direta”. E uma das práticas que simboliza esse movimento é o orçamento participativo.

Na área da saúde pública, Sandra ressalta que o diálogo com a população representa um importante facilitador de processos. “É muito mais fácil e mais seguro dirigir os recursos e tomar decisões quando o gestor público já tem o aval do diálogo com a população. A melhor direção da caneta, na mão que assina, é aquela que é orientada pela decisão popular”, afirma.

Vulnerabilidade

O conceito de vulnerabilidade refere-se hoje a processos e condições cotidianas e é referência importante para a gestão de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento econômico e social e que respondam às necessidades da população. Essa é a reflexão trazida pelo psicólogo social Peter Kevin Spink, professor doutor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). “Observamos novas formas de ocupação territorial, que adensam as-

sentamentos humanos impactados por déficits habitacionais e falhas na distribuição de serviços públicos. Temos as mudanças climáticas globais e locais, que ampliam os desafios cotidianos. Vemos crises econômicas com impactos socialmente catastróficos em populações originalmente estáveis”, exemplifica.

Na visão do psicólogo, vulnerabilidades materiais impactam as estabilidades sociais. Entretanto, vulnerabilidade social e vulnerabilidade material são partes de um todo em que figura também a vulnerabilidade institucional. “A ideia de vulnerabilidade institucional se deve à ausência de um Estado prático, efetivo, competente e seriamente comprometido com seus serviços, com a equidade no dia a dia.”

Território e Singularidades

Pela importância de ações que busquem a superação da condição de vulnerabilidade, o trabalho no campo das políticas públicas deve ser planejado, executado e avaliado a partir do território a que está referido. Para Emilia Estivalet Broide, professora do Curso de Especialização em Psicossociologia da Juventude e Políticas Públicas da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e há quase dez anos vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Guarulhos/SP, a compreensão sobre o território é fundamental e deve estar incluída no atendimento psicológico. “Estamos falando de uma clínica que está longe de significar transposição da Psicologia e da Psicanálise clássica, pela Unidade Básica

de Saúde (UBS). A discussão sobre a clínica deve incluir a análise do território, da vida comunitária e dessas relações que cada indivíduo estabelece com o equipamento da saúde.”

A psicóloga destaca ainda como a supervisão clínica institucional pode abrir brechas para que um conhecimento mais apurado do cotidiano passe a ser incluído no planejamento e na gestão pública da saúde, agregando referenciais do chamado “não-saber”.

Outro ponto reforçado em sua apresentação é o conceito da política compreendida como “não-toda”. Na sua opinião, esse aspecto torna-se relevante à medida que – por mais que o foco esteja no coletivo - “algo de singular sempre estará presente, não como exceção à regra, mas como elemento integrante, e ao mesmo tempo externo, que deve ser levado em consideração”.

“Algo sempre escapa à pretensão de fazer uma política pública global, completa e definitiva para determinado grupo social. E isso que escapa, longe de ser um problema, é o que põe em movimento novas produções no campo do saber. É o que permite aos técnicos desenvolverem ações planejadas no cotidiano e vê-las como um desafio teórico, prático, metodológico e vinculado – ao contrário de viverem com a frustração, a incompetência, a impotência e as incompletudes inerentes das complexidades psíquicas e sociais vividas pela população atendida. A política do ‘não-toda’ possibilita ao gestor livrar-se da tentação de querer fazer, a todo custo, o bem do outro”, observa.



Avaliação psicológica: parte do cotidiano

A utilização de processos de avaliação em diversos campos de atuação da/o psicóloga/o foi tema de debates na programação



IV CONGRESSO BRASILEIRO
PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO
OS IMPACTOS DA PSICOLOGIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA:
A POLÍTICA DA CIÊNCIA E DA PROFISSÃO

Os processos de avaliação estão cada vez mais presentes nos mais diversos campos de atuação da Psicologia. São aplicadas em escolas, empresas, hospitais e esportes, entre outros. Fundamentam e complementam diagnósticos de saúde, processos seletivos, pareceres jurídicos. Atestam ou não aptidões para o desempenho de uma determinada atividade.

No entanto, tão importante quanto dispor de instrumentos adequados - para avaliar as pessoas nos mais variados contextos -, é assegurar aos profissionais da área parâmetros e qualificações para que possam conduzir esse processo com coerên-

cia, competência e conhecimento.

O ciclo Debates sobre Processos de Trabalho tratou dessa temática em sua programação na atividade "Processos de Avaliação: caracterização da prática e desafios".

Uma das questões tratadas foi a qualificação técnica a ser assegurada nos processos de avaliação psicológica. Segundo Makilim Nunes Baptista, professor doutor do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco (SP), quanto maior o número de métodos utilizados em uma avaliação, melhor.

"Com o advento do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi), temos hoje um grande número de instrumentos de avaliação, com estudos mais específicos e delineados, além de normas para determinadas amostras e determi-

nadas populações. No site do Satepsi (www.satepsi.cfp.org.br), encontramos pouco mais de 100 instrumentos. Mas ainda faltam muitas referências. O ideal seria ter de três a quatro instrumentos para cada contexto, para cada ambiente, para cada faixa etária e para cada especificidade de diagnóstico, de problemática, e assim por diante", analisa.

É muito difícil - pondera o psicólogo - pensar em um profissional que seja polivalente, em termos de avaliação. "Por isso, acredito que as especializações são importantíssimas para os profissionais da nossa área". Na visão do psicólogo, falar da avaliação psicológica no contexto da clínica é pensar em amplas possibilidades de utilização - e é extremamente importante que o profissional tenha uma especialidade naquilo que ele está se propondo a avaliar.

Embora na perspectiva do senso comum a avaliação psicológica se restrinja a um momento isolado de aplicação de algum instrumento, os processos de avaliação são muito mais complexos que isso e envolvem um conjunto de ações que devem ser cuidadosamente reavaliadas.

Denise Balem Yates, mestre e doutora em Psicologia e especialista em Neuropsicologia, falou de sua atuação como psicóloga técnica no Centro de Avaliação Psicológica (CAP) - serviço-escola da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Ao tratar do ensino, da prática e da pesquisa em avaliação psicológica nesse serviço-escola, ela afirma: "Nosso serviço tem como objetivo apoiar e promover atividades de ensino, pesquisa e extensão. Fazemos avaliações cognitivas, afetivas e neuropsicológicas. A avaliação psicológica precisa ter, sempre, benefício para o paciente". Denise supervisiona no CAP os alunos que fazem estágio obrigatório na UFRS.

Em sua apresentação, fica claro o cuidado com o processo de avaliação como um todo. Ele compreende um primeiro encontro, de acolhimento e triagem. Nessa etapa inicial, é verificada se a queixa justifica a avaliação. Em certos casos, como os de depressão, as pessoas podem ser orientadas a buscar psicoterapia ou o acompanhamento psiquiátrico antes de serem avaliadas.

O processo de avaliação psicológica leva, em média, de seis a dez atendimentos. A devolutiva é feita oralmente, à pessoa avaliada e a seus familiares, quando for

o caso, e também por meio de um documento, geralmente um relatório ou um parecer - registro que permitirá a retomada do processo futuramente, se necessário.

Recentemente, o serviço-escola implantou um "follow-up" da atividade oferecida. Dois meses após a devolutiva, o CAP entra em contato com a pessoa avaliada ou seus familiares. O objetivo é verificar se foi possível buscar os encaminhamentos, conforme orientado.

Porte e registro de arma de fogo

Realizados em diferentes contextos, os processos de avaliação psicológica devem respeitar parâmetros e regulamentações específicas em algumas situações. Procedimento obrigatório para porte de arma de fogo, a avaliação psicológica ganhou na regulamentação relativa a esse campo, importantes avanços. Segundo a psicóloga professora doutora Maria Cristina Barros Maciel Pellini, membro da Comissão de Ética e da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP SP, desde o fim da década de 1990, quando a demanda chegou à Psicologia, foram instituídas duas leis: a Lei 9.437/1997 e, posteriormente, a Lei 10.826/2003, que ficou conhecida como o Estatuto do Desarmamento.

De acordo com a lei, a/o psicóloga/o é responsável por avaliar a pessoa e emitir à Polícia Federal um laudo - em que deve atestar claramente se ela é "apta" ou "inapta" a portar uma arma de fogo. No caso, são avaliados o cidadão comum (comerciantes, fazen-

deiros e aqueles que moram em regiões distantes e isoladas, e quem assegurar, em parte, a própria proteção) e também pessoas que irão trabalhar como vigilantes, em empresas de segurança privada.

Originalmente, não havia um detalhamento sobre qual o escopo dessa avaliação, ou algum descritivo de quais testes deveriam compor esse processo. Foi usado como referência o modelo aplicado pelos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito (Detran) na avaliação psicológica para emissão de carteira de habilitação de motorista.

A orientação vigente é a de que o credenciado trabalhe com uma bateria de instrumentos, que contenha avaliação para característica de personalidade e, no mínimo, um teste projetivo, um teste expressivo, um teste de memória, um teste de atenção difusa e concentrada, e uma entrevista semiestruturada.

"Naquela ocasião, tínhamos esse novo papel na Psicologia, que cumpre exigências de uma sociedade que quer se instrumentalizar, por meio da aplicação de instrumentos psicológicos, como se os mesmos fossem técnicas neutras, sem que detectassem motivações ou interesses dos indivíduos. A sociedade tende a entender o trabalho da/o psicóloga/o dessa forma, quando ele não é assim. Se nos sujeitássemos, sem o questionamento que houve naquela época, estaríamos fazendo valer essa percepção equivocada sobre o nosso trabalho", ressalta Maria Cristina.

Segundo o procedimento atualmente em vigor, a avaliação psicológica para a obtenção de porte ou uso de arma de fogo só pode ser realizada por psicólogas/os inscritas/os no CRP de seu Estado e, além disso, é necessário o credenciamento junto à Polícia Federal. Alguns requisitos são exigidos: três anos de efetivo exercício na profissão; prática com os instrumentos a serem utilizados, ou certificado de cursos sobre os testes, com carga horária mínima de 80 horas/aula; e local apropriado e alvarás de funcionamento.

Makilim Nunes Baptista:

"Temos hoje um grande volume de instrumentos de avaliação, com estudos mais específicos"





Ciclo Brincar: uma prática que é coisa séria

Por meio das atividades do Ciclo Brincar, o IV CBP abordou a contribuição da Psicologia para o resgate da atividade lúdica na vida da criança e do adulto



Brincar é sempre agradável. Mas também é coisa séria. Tão séria que ganhou um Ciclo específico dentro da programação do IV Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão. A criação de uma agenda própria reforçou a proposta de mostrar como esse tema permeia várias formas de atuação da/o psicóloga/o. E evidenciou como os profissionais da área contribuem para resgatar o valor da atividade lúdica - bem como o espaço que ela deve ocupar - na vida da criança e do adulto.

A convite da Comissão Científica do IV CBP, o Ciclo Brincar contou com a coordenação de Marilda

Pierro de Oliveira Ribeiro, psicóloga e professora doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ao longo de quatro dias - com conferências, simpósios, debates sobre processos, mesas-redondas, pôsteres e oficinas -, o evento promoveu reflexões e uma enriquecedora troca de experiências.

"Geralmente, o brincar é um tema que aparece disperso nas agendas de eventos da área. Reunir esse conjunto de atividades nos deu a oportunidade de resgatar todas as facetas do brincar. Vemos muito, em nossa aplicação, o brincar como meio para se chegar a um resultado esperado. Mas os teóricos da Psicologia dão a ele um outro lugar, muito especial. Piaget, Vygostky e Freud, entre vários autores, entendem que o brincar, em si, é uma atividade fundamental para o desenvolvimento do indivi-

duo, desde o nascimento até a fase adulta", ressalta Marilda Ribeiro.

A proposta que o Ciclo Brincar levou adiante foi a recuperação desse sentido original e pleno, existente na brincadeira.

"Procuramos enfatizar esse lado do brincar, que tem sentido nele mesmo, e que não visa algo para além dele mesmo. Abrimos espaço à reflexão sobre o valor do ato de brincar pelo brincar. Daí a ideia que inspirou a nossa programação".

A importância da brincadeira

Há mais de 40 anos, o brincar - e os jogos de regras, em especial - estão no foco dos estudos do psicólogo Lino de Macedo. O professor doutor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), e coordenador pedagógico do Instituto Pensi (Pesquisa e Ensino sobre

a Saúde Infantil) do Hospital Infantil Sabará, abriu as atividades do Ciclo Brincar do IV CBP. Ele apresentou a conferência "Reflexões sobre o Brincar e a Criança", realizada em 20 de novembro.

"Cada vez mais, está provado pela ciência que investir nos primeiros anos da criança na educação e na aprendizagem traz retornos econômicos, sociais e políticos muito grandes. É aí que entra o brincar, que traduz a linguagem das crianças, aquilo que elas sabem, gostam e precisam fazer", afirmou, em sua conferência.

Segundo Lino de Macedo, a atividade lúdica faz parte da nossa história e acompanha a evolução da humanidade. "Brincadeiras e jogos recortam aspectos da vida de uma forma simbólica. Podem ser vivenciados muitas e muitas vezes, dentro desse contexto lúdico. São metáforas inspiradas em diferentes momentos da vida cotidiana e dos passos que damos", ressalta.

Aprendizado e autoconhecimento

As brincadeiras e os jogos baseados em percurso - exemplifica o professor e psicólogo - expressam simbolicamente o caminhar das pessoas, ao longo da trajetória da vida. "Nesse tipo de jogo, podemos avançar ou retroceder, ganhar ou perder - do mesmo modo como



acontece na vida. Os jogos de tabuleiro são outro referencial. Estão associados à competição, bem como às escolhas que fazemos, às regras que compartilhamos e seguimos para viver em sociedade, fundamentadas pelo respeito mútuo. Quando praticados desde a infância, por conta dessas analogias com o nosso cotidiano, o brincar e o jogar conferem à criança um jogo de cintura para lidar com diferentes situações, que ela vai enfrentar na vida adulta", avalia Lino de Macedo.

Já o brincar pelo brincar, sem as restrições presentes nos jogos de regras - acrescenta Marilda Ribeiro -, marca o momento em que a criança traz para essa atividade o que ela precisa entender melhor, em relação a ela e ao mundo em que vive. "O brincar de faz-de-

conta atende às necessidades da criança que brinca - de se compreender, de trabalhar questões afetivas próprias, de entender como a sociedade se organiza, de se desenvolver. Brincar de casinha é uma forma de buscar entender como funciona uma família e quais são as relações que existem entre os membros, vivenciando os papéis de pai, de mãe, de filho, bem como a hora de comer e de dormir. A criança traz para a brincadeira tudo o que ela precisa entender melhor", explica.

Valor na atividade improdutiva

A professora e psicóloga Marilda Ribeiro cita como as rápidas transformações que impactam o nosso cotidiano - e o tornam por demais pragmático e utilitário - acabaram por distorcer o propósito do brincar na vida das pessoas. E não é só a criança: o adulto também precisa voltar a se engajar em uma atividade de distração por ela mesma.

"Vivemos em uma sociedade que muda de um jeito extremamente acelerado. Por conta de um excesso de informação, e de um excesso de exigências, não brincamos mais", ela diz. "Existe uma tendência de não valorizar o tempo livre. As pessoas se sentem culpadas por desfrutar de um momento de diversão e de prazer. Nesse conceito de mundo que quer sempre mais das pessoas, somos compelidos a sermos mais inteligentes, mais instruídos, mais ▶

bem-sucedidos financeiramente, mais eficientes. Nosso engajamento em uma atividade improdutiva torna-se mal visto. E muitos associam isso ao ato de brincar pelo brincar – e esse preconceito existe porque consiste em uma atividade que não produz nada para além dela mesma. Mas precisamos, sim, de um tempo sem produzir, para oxigenar as ideias e inovar. É o chamado ócio criativo”, analisa.

Lino de Macedo observa, ainda, como a tecnologia e a mobilidade vêm ganhando um curioso destaque no resgate do ato de brincar pelo adulto. “Os jogos digitais são, hoje, os aplicativos mais vendidos e rodados no mundo”, comenta.

Esse hábito de jogar por computador, tablet ou celular caracteriza a busca por uma pausa para a diversão, segundo ele. E se contrapõe a uma situação que se torna comum para um número cada vez maior de pessoas: o fato de ficarem 100% de seu tempo conectadas, sobretudo com as demandas de seus trabalhos, criando um horário de expediente quase ininterrupto. “O direito ao tempo livre está se perdendo no meio desse processo tecnológico. E com ele, perde-se também o direito ao brincar, ao se divertir”, alerta o professor.

Brincar: um direito da criança

Outro referencial permeou o Ci-



essa temática. Costumo dizer que vemos, com frequência, pais preocupados porque seus filhos não estudam. Contudo, raramente, vemos esses mesmos pais preocupados com o fato de que seus filhos não brincam. Equivocadamente, o brincar é considerado uma coisa não séria. É colocado em oposição ao sério quando, na verdade, é uma atividade muito séria. Estamos quebrando um paradigma ao darmos a esse tema a ênfase que ele merece”, aponta Marilda Ribeiro.

Referência para a Psicologia

Lino de Macedo deixa uma mensagem aos profissionais e estudantes de Psicologia. Inspirado por quatro décadas de experiências, faz questão de evidenciar como são ricos os recursos que as brincadeiras e os jogos colocam à disposição da/o psicóloga/o.

“São ferramentas de trabalho valiosas, porque fazem sentido para as pessoas – das crianças aos adultos. No processo de desenvolvimento e de aprendizagem, são atividades que permitem à criança observar e ser observada, expressar-se à sua maneira, dizer o que pensa ou sente, e o que quer compartilhar. Influenciará, futuramente, suas tomadas de decisão, a resolução de conflitos, as reações diante das vitórias e das derrotas. O que acho mais bacana, em toda essa experiência, é o convite que a brincadeira faz para pensarmos a perspectiva do outro. É uma oportunidade muito interessante de ter conhecimento do outro e de si mesmo, ao mesmo tempo. É uma referência para a vida”, finaliza o psicólogo e professor.



clo Brincar no IV CBP: o ato de brincar como um direito da criança – previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “Salientamos a necessidade de fortalecer políticas voltadas, sobretudo, ao direito de brincar. Abordamos essa questão a partir de uma visão positiva, de como a atuação no campo da Psicologia pode ajudar a evidenciar

A experiência de cada um

Profissionais descrevem o cotidiano de suas práticas nas sessões “Como eu Faço”

Os grupos acontecem quinzenalmente.
 1) Para os três primeiros encontros foram apresentadas temáticas relacionadas ao funcionamento do grupo:
 ✓ Discriminação e preconceito.
 ✓ O que pensam que eu sou; O que dizem que sou; Quem realmente sou.
 ✓ Como me vejo no futuro.



Profissionais da Psicologia e pesquisadores protagonizaram sessões de exposição de seus métodos e práticas de trabalho para salas lotadas na maioria dos casos. Nelas, estudantes e profissionais em atividade tiveram a oportunidade de vislumbrar a experiência em diversas áreas e também de esclarecer dúvidas e trocar ideias. A seguir, algumas das práticas registradas ao longo do evento.

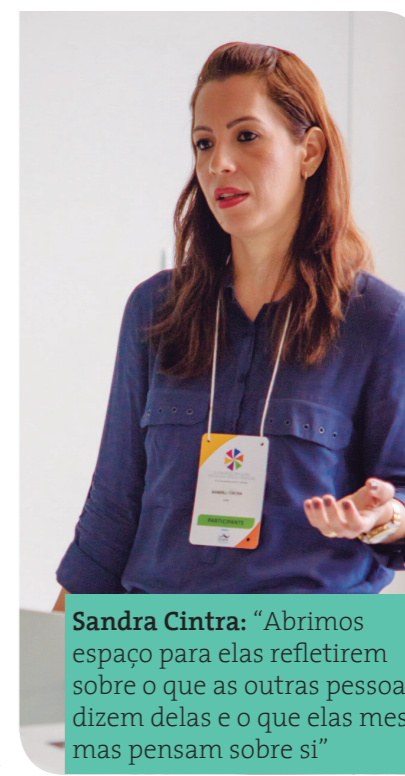
Processos Grupais/ Psicologia da Saúde Grupo Operativo com Mulheres Profissionais do Sexo

A psicóloga Sandra Aparecida Campos Cintra Magalhães, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, ex-

pôs seu projeto de trabalho junto às mulheres profissionais do sexo.

Ela fez um recorte de sua atual pesquisa de mestrado da Universidade Católica Dom Bosco, que é o estudo deste grupo. Sandra aponta as queixas relatadas por estas mulheres, todas de baixa renda, na sua atividade profissional: sofrimento psíquico, perda de vínculo familiar, discriminação e preconceito e também dificuldade de constituição de família.

Segundo ela, todas estas mulheres disseram que gostariam de sair da profissão, caso tivessem outras oportunidades. O grupo contou com 30 e poucas mulheres participantes e acontece a cada 15 dias. “Procurei estabelecer 3 temáticas, como forma de elas começarem a pensar e a problematizar algumas questões”, detalha. Na primeira delas, discriminação e



Sandra Cintra: “Abrimos espaço para elas refletirem sobre o que as outras pessoas dizem delas e o que elas mesmas pensam sobre si”



preconceito, foi perguntado o que elas entendiam sobre isso. No segundo encontro, a questão foi: “O que pensam que eu sou?”. Sandra explica: “Abrimos espaço para elas refletirem sobre o que as outras pessoas dizem delas e o que elas mesmas pensam sobre si. E para algumas foi realmente a primeira vez que pararam para pensar sobre quem são”. Num terceiro momento, veio o desafio: “Como me vejo no futuro? Se eu não sei quem eu sou, como vou ver o futuro?”.

Um dos pontos iniciais do trabalho foi estabelecer as regras de funcionamento do grupo e o acordo inicial envolveu os aspectos de sigilo, sendo que todas as participantes têm suas identidades preservadas. 20 convidadas iniciaram o grupo.

As que permaneceram, com a realização dos encontros, passaram a desenvolver as conversações, levando suas discussões, assuntos de ordem pessoal para poder tratar dentro do grupo. A interferência da psicóloga aconteceu de forma a intercalar algumas dinâmicas, que previam reflexão de cooperação entre elas. “Também exibimos

trechos de filmes, criando momentos para que elas pudessem se ver dentro de algumas situações”.

A psicóloga conta com otimismo que acompanhou o grupo num caminho de reflexão, quando elas passaram a trazer para os trabalhos sua problemática e apresentar soluções por meio de questionamentos: “por que eu não fiz isso?”, “não deixe mais que isso aconteça”, e assim por diante. Todas foram se ajudando a resolver problemas e se fortalecendo.

Sua conclusão até aqui é que o grupo vem promovendo espaço para reflexão, coisa que não tinha, por meio de troca de experiências, autoanálise e construção de vínculos. Acima de tudo, Sandra destaca que as mulheres do grupo estão desenvolvendo sua autoestima.

Processos de mobilização social/ Psicologia Comunitária

Projeto Galo Cantou: trabalhando o protagonismo juvenil na comunidade

Gabriela Balaguer, representante do Conselho Municipal de Di-

reitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Cajamar/SP, apresentou durante uma sessão “Como Eu Faço” os resultados do Projeto Galo Cantou. Voltado para duas comunidades populares no município de Cajamar, no interior de São Paulo, o trabalho colocou os jovens destes lugares à frente e atrás das câmeras, com a realização de documentários feitos para e por eles.

No período de um ano, foram oferecidos encontros duas vezes por semana nas comunidades contempladas. Tais encontros contaram com oficinas de teatro e capoeira, e também oficinas psicossociais abordando temas propostos pelo projeto — como educação sexual e drogas — e outros temas relevantes para os adolescentes, determinados pelo próprio diálogo com eles. A assistente social Elisângela Esteves e a estagiária de psicologia Renata Mangeri foram também responsáveis pelo acompanhamento

A metodologia do projeto foi participativa desde o seu início, buscando dar voz àqueles que normalmente não a têm. “Se



adultos de comunidades populares já não têm voz, as crianças e os adolescentes têm menos ainda”, afirma Gabriela.

O projeto teve que ser interrompido devido a uma crise na Prefeitura do Município, sendo posteriormente retomado. Segundo Gabriela, isso gerou uma sensação de abandono por parte dos moradores das comunidades. Então, os organizadores tiveram a ideia de fazer um vídeo que registrasse a experiência com eles, que fosse um material físico sobre ela e que servisse como uma finalização do projeto.

A ideia foi deixar que os jovens fossem protagonistas dos vídeos. Amparados pelos organizadores, os jovens foram estimulados a montar o roteiro e passaram eles mesmos a chamar os adultos para serem entrevistados e contarem um pouco da história das comunidades. Como resultado, foram produzidos dois vídeos de aproximadamente 10 minutos.

Processos Formativos/ Emergências e Desastres

Uma Experiência em Desastre: Configurando apoiadores Psicossociais

Melissa Heigert Couto, psicóloga e integrante da filial da Cruz Vermelha Brasileira de Santa Maria/RS, falou sobre a experiência no atendimento às famílias de vítimas

do incêndio da boate Kiss na cidade. A tragédia, ocorrida em 18 de janeiro de 2013, matou 252 jovens.

A Cruz Vermelha Brasileira é uma sociedade de socorro voluntário, autônoma, auxiliar dos poderes públicos e, em particular, dos serviços militares de saúde. A filial de Santa Maria está organizada em departamentos como de Saúde, Educação Comunitária, Socorro e Desastres, Voluntariado e Juventude.

Melissa conta que objetivo principal do atendimento psicossocial em grandes tragédias é a redução de danos, poder fazer com que a pessoa consiga, o mais rapidamente possível, se colocar de vol-

ta à sua nova realidade. A frase “a gente nunca mais vai ter a mesma vida” era o que mais se ouvia das pessoas em atendimento. “E a nossa mentalidade, toda a busca, é para poder resgatar a nova realidade, não só para as pessoas, como para toda a comunidade. Por isso falamos em trabalho de redução sobre os desastres”, diz Melissa. E ela lembra que nenhuma psicóloga/o pode ir para um cenário destes sem preparo prévio.

Ao falar do caso da boate, ela lembra de toda a situação atípica, de um desastre de causas não naturais. Numa situação daquelas, toda ajuda era bem vinda. Ela própria passou 36 horas sem dormir e precisou de um tempo para descanso. Devido ao chamado nos meios de comunicação e da comoção geral do desastre, trabalharam ali cerca de 300 psicólogas/os de todos os estados, que foram para ajudar e todo mundo teve de se ajudar. Num primeiro momento eram centenas de pessoas esperando atendimento.

“Muita psicóloga/o tirou lixo de banheiro; em alguns casos a nossa função era perguntar ao familiar das vítimas se a pessoa tinha dormido, se ela comeu, se ela estava bem”. E o revezamento no atendimento era mais do que necessário. “Hoje eu entendo que até a água que eu entreguei a um ▶



Melissa Heigert Couto: “Hoje eu entendo que até a água que eu entreguei a um familiar foi atendimento psicossocial”

familiar exausto foi atendimento psicossocial”, relata.

A indicação do trabalho inicial era o de dar apoio e orientação aos familiares. O encaminhamento para medicação apenas em último caso. Ela descreve que foi montado

um ambulatório, em trabalho conjunto entre psicólogas/os e psiquiatras. O trabalho se estendeu por uma semana.

No caso da Cruz Vermelha, há toda uma rotina de treinamentos, muito importantes para a capa-

citação ao se atuar num cenário destes. “E as regras são claras para quem atua no atendimento: em primeiro lugar, a minha segurança; em segundo, a segurança da minha equipe; em terceiro, a segurança da vítima”.

Processos de Orientação e Aconselhamento/Psicologia Clínica

Serviços Psicológicos Via Internet: Atendendo às demandas de um novo tempo

Luciana Ruffo, Psicóloga do NPPI (Núcleo de Pesquisa da Psicologia em Informática) da PUC-SP, fez a apresentação do trabalho de atendimento via internet desenvolvido na universidade, ao lado de Ana Luiza Moreira Mano, também psicóloga. “A Internet não traz novidades no atendimento”, diz ela. “O que muda é a manifestação”. Ela explica que o atendimento utilizado tem sido por e-mail conforme as regras estabelecidas.

Luciana lembra que as pessoas gostam do anonimato, pois apreciam falar de si sem se mostrar. E muitas vezes elas mesmas revelam que não conseguiriam se expressar caso não fosse por e-mail. Para ela, também há uma falsa sensação de segurança proporcionada por este anonimato, o mesmo que muitas vezes provoca uma sensação de impunidade: “As pessoas têm a impressão de que não vai lhes aconte-

cer nada” no ambiente online.

O NPPI é um serviço de atendimento gratuito da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP, numa atuação constante, sempre em busca da melhor forma de se responder aos pedidos dos usuários. São no máximo 20 sessões de orientação por pessoa. Elas detalham que a maioria dos casos é de gente de outros estados, regiões de fronteira, também havendo atendimentos de pessoas residentes fora do País, que se veem em situação de necessidade (pessoas em florestas, obras de construção de usinas hidrelétricas, e até em viagens durante cruzeiros marítimos. Em dez anos, elas já fizeram atendimentos de pessoas com problemas de mobilidade, residentes em países distantes, e até gente que dizia não conseguir sair de casa por questões de pânico.

Um dos maiores cuidados, dizem as psicólogas, tem a ver com questões de

escrita. “Temos de tomar cuidado com os chamados atos falhos, saber lidar com os limites do contato, com as interferências, lidar com as possíveis confusões quanto à interpretação e texto”, diz Luciana. À falta de outros pontos de contato com a pessoa atendida – como ausência de toque, olhar, linguagem corporal, a/o psicóloga/o tem de aprender a usar e desenvolver outras habilidades. O e-mail é sempre o instrumento mais solicitado.

Houve ali um crescimento grande de procura por terapia via internet. A título de comparação, se em 2000 foram atendidos 14 casos por essa via, em 2012 o número saltou para 310.

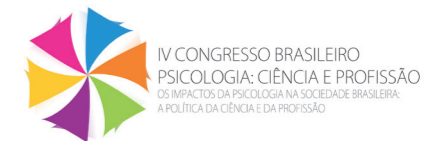
Outra demanda que subiu foi a da busca de auxílio para superar a relação de dependência com internet. Se em 2102 foram 19 casos; em 2014 (até novembro) o número passou para 51 atendimentos. Das pessoas que se dizem “viciadas” em internet, há casos de pessoas com uso excessivo em redes sociais, Facebook, games, pornografia, selfies e e-mails. Luciana lembra que não existe um padrão para definir a partir de que ponto se configura o vício – em geral, é o ponto a partir do qual a pessoa passa a ter problemas com aquilo, de que alguma forma atrapalhe sua vida.

As psicólogas ressaltam, acima de tudo, que a tentativa não é para se resolver todas as questões, mas sim fazer com que a pessoa descubra o que a fez buscar ajuda. No fim, a principal intenção é mobilizar a pessoa para que ela perceba o que está acontecendo consigo.



Diálogos (Im) Pertinentes: o que a Psicologia tem a ver com isso?

Temas como a fome e a miséria, genocídio de jovens negros, comunicação e outros foram debatidos em interconexão com a Psicologia



Centro-Oeste (CO)	6	49	716,7%
Sudeste (SE)	382	737	92,9%
Sul (SU)	228	489	114,5%
SE + SU + CO	616	1275	107,0%
NE + NO	1	3	200,0%
Total de municípios com IES > 0,68	617	1278	107,1%
Total de municípios no Brasil	5507	5565	1,1%

Fonte: elaboração própria

IV CONGRESSO BRASILEIRO
PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO
OS IMPACTOS DA PSICOLOGIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA: A POLÍTICA DA CIÊNCIA E DA PROFISSÃO
19 a 23 novembro
Ana Bock, Marcus Vinícius de Oliveira e Ricardo Amorim: O Fim da Fome e da Miséria no Brasil

Os encontros interdisciplinares denominados Diálogos (Im) Pertinentes ocuparam o auditório nobre de um dos prédios da Uninove durante o IV CBP. Foram oito grandes encontros, escolhidos para retratar temas essenciais na agenda da sociedade brasileira hoje, como a desigualdade social, cultura, sistemas de saúde, participação popular, genocídio de jovens negros, comunicação, educação e questões de moradia. Todos estes assuntos foram debatidos em interconexão com a Psicologia, sempre representada

nos encontros por meio de especialistas que contextualizaram essas questões de interesse coletivo e individual e seu significado para a formação e atuação da/o psicóloga/o.

De acordo com Maria da Graça Marchina Gonçalves, coordenadora da programação científica do IV CBP e responsável pela programação dos “Diálogos (Im) Pertinentes”, a formatação foi uma criação conjunta de diversas pessoas, com o objetivo principal de pontuar algumas questões relevantes e atuais que deveriam constar nas discussões da

Psicologia, buscando contemplar o debate entre diferentes posições, sobretudo entre gestores, trabalhadores e a sociedade, representada pelos movimentos sociais presentes nas mesas. “A ideia era trazer a questão e mostrar sempre ‘o que a Psicologia tem a ver com isso’, mostrar para a sociedade e também dar visibilidade para a própria Psicologia, já que ela deve se manter presente também nestas reflexões”, diz.

Nesta e nas páginas a seguir, saiba como foram alguns destes encontros (veja quadro com os temas). ▶

Temas dos Diálogos (Im) Pertinentes

- O Fim da Fome e da Miséria no Brasil
- Vida e Cultura – O Direito à Produção e Expressão Cultural
- A Voz das Ruas – Que ruas? Que Vozes?
- O SUS que Temos e o SUS que Queremos
- Juventude, Raça e Violência - Pelo Fim do Genocídio de Jovens Negros
- A Influência dos Meios de Comunicação em Questões de Interesse Social: um Exagero?
- Conquistas e Desafios do Novo Plano Nacional de Educação
- Espaço e Moradia: Direito à Cidade, Direito à Vida Digna

O Fim da Fome e da Miséria no Brasil

Apresentada como tema relevante por sua presença no trabalho da Psicologia, a desigualdade social foi debatida, partindo-se de um quadro histórico. Ricardo Luiz Chagas Amorim, analista econômico da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), apresentou a evolução do “mapa da fome” no Brasil desde a década de 1950. Nesse período, havia um quadro claro de concentração do problema nas regiões Norte e Nordeste.

Num salto até os anos 1970 e depois de 2000 a 2010, os mesmos mapas atualizados mostraram continuamente que a desigualdade permanecia muito mais acentuada nas regiões Norte e Nordeste, apesar do período de amplo crescimento econômico na década de 70. “Vemos que o grande problema de pobreza, miséria e desigualdade sempre está na parte de cima”, apontou no mapa, mostrando uma certa evolução em 2010, período em que melhorou a situação, mas não da forma como se gostaria: “As coisas melhoraram mas nem tanto”, ressaltou. Segundo Amorim, o que se detectou ali foi a diminuição da faixa de pobreza, com ampliação de emprego formal em relação à população economicamente ativa. Lançando mão do chamado índice de Gini (instrumento que mede o grau

de concentração de renda em determinado grupo), ele também destacou melhorias nas taxas de alfabetização e escolaridade nacionais.

Mas há um contraponto e ele é assustador. Mesmo com faixas de pobreza menores, o índice correlacionado na apresentação de Ricardo Amorim mostrou uma significativa piora dos índices de violência – registrados pelas mortes da população a cada cem mil habitantes, em números crescentes, e em especial uma grande violência centrada nos centros urbanos. Sobre isto, ele reitera: “A desigualdade diminuiu, mas a violência cresceu e é para isso que temos de olhar nos próximos anos”, alertou, mostrando o mapa da violência com dados do Ministério da Justiça.

Para o economista, outro ponto a preocupar diz respeito a questões internacionais e de macroeconomia. No ambiente global, os países vivem momentos de decisão muito importantes e, aparentemente, o ciclo de crescimento que motivou os fortes índices dos últimos anos estão se esgotando. “Nós não temos força para voltar a crescer e isso talvez dificulte a continuar no processo de reversão da pobreza”, destacou. Amorim vê no exterior também um movimento em blocos dos países mais ricos, em detrimen-

to dos países em desenvolvimento ou emergentes – dentre os quais o Brasil se inclui – rumo a acordos que privilegiam os interesses de empresas privadas no comércio internacional, com riscos de que a cada novo acordo nos tornemos um país com uma indústria muito fraca, sem dinamismo econômico, sem crescimento de renda, sem crescimento de receitas públicas e com menos políticas públicas de distribuição de renda.

Fazer a “ponte” com a Psicologia coube a Marcus Vinicius de Oliveira Silva, professor adjunto da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que tratou de correlacionar as disciplinas: “A economia funciona como uma esfera que regula todas as demais esferas sociais, e se constitui numa das condições de mistificação da sociedade. Ficamos condenados aos noticiários para saber das susceptibilidades econômicas”. Assim, lembra ele, diariamente estamos sujeitos a informações sobre os humores do mercado: se está “nerroso”, se ficou “animado”, se há “entusiasmo” no mercado. “Tal discurso tem potencial alienante”, observou. Para ele, as/os psicólogas/os deveriam neste momento estar muito preocupadas/os com o debate, uma vez que o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) é o segundo maior empregador dentro das políticas públicas, depois do SUS (Sistema Único de Saúde).

Na opinião do professor, não se pode falar em distribuição de renda no País sem mencionar o denominador da equação, resultado de 400 anos de colonização europeia e espoliação sistemática de toda atividade econômica, bem como os 300 anos de escravidão. “Se a gente não os conjuga, não vamos compreender o fenômeno da produção da desigualdade social brasileira”. Para ele, não é a face da desigualdade econômica que traduz a desigualdade social: ela envolve a dimensão da atribuição de valor aos grupos humanos na sociedade. “Desigualdade social tem a ver com

certos grupos humanos, classificados consensualmente como grupos que são inferiores, ou fazem parte dos desprezíveis sociais”, reitera.

Oliveira segue: “Temos de nos perguntar como psicólogas/os sobre o processo através do qual na sociedade brasileira produzimos modos de subjetivação. Por que há lugares que resistem à economia? Porque há ali coletividades humanas percebidas como coletividades que não têm algo fundamental, que estejam incluídos entre os

que têm dinheiro, gente percebida como que não precisa de dinheiro, gente que consegue viver com um salário mínimo?”. Ele cita o famoso experimento que diferencia o tratamento de caridade recebido por pedintes de cabelos loiros e olhos azuis daquele recebido por pessoas negras, quando os primeiros grupos recebiam muito mais atenção e solidariedade do que o segundo. Para o psicólogo, a mobilização social é o único jeito de se acabar com a desigualdade.

Juventude, Raça e Violência - Pelo fim do Genocídio de Jovens Negros



Padre Jaime Crowe e Gabriel Medina de Toledo: Juventude, Raça e Violência

Ângela de Fátima Soligo, presidenta da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) e secretária executiva do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), abriu o debate colocando que o Brasil “se diz uma democracia racial, mas pratica cotidianamente o racismo e a discriminação”.

“O povo negro, que corresponde a mais da metade da população brasileira, ocupa ainda as camadas economicamente mais desfavorecidas da sociedade. Avança, com mais obstáculos, nos anos escolares. Vai sendo excluído, aos poucos, ao longo desse caminho. Vemos, no dia a dia, um conjunto de práticas excludentes, que são materiais, institucionais e representacionais”, afirmou.

Ângela alertou como esse racismo velado - que não se declara,

mas que é executado na prática – “está saindo do armário”. “Se vínhamos, até então, convivendo com esse racismo camuflado, estamos sendo cada vez mais esbofeteados por um conjunto preocupante de manifestações racistas e de ódio. O racismo existente no Brasil se apoia na ideia de que os negros são inferiores. Se acreditamos nisso, mesmo sem declarar, aceitamos a violência contra o povo negro”, acrescentou.

No encerramento, ela lançou uma reflexão sobre como isso não é abordado na profissão e na formação da/o psicóloga/o. “Nossos currículos não contemplam a questão racial. Não achamos que precisamos entender a história da África. Na nossa formação em Psicologia, nos deparamos novamente com esse

conhecido silêncio”, concluiu.

Gabriel Medina de Toledo, psicólogo e então coordenador de Políticas de Juventude da Prefeitura de São Paulo, deu continuidade ao debate e compartilhou a proposta do plano Juventude Viva, iniciado pela atual gestão, na capital paulista.

Ele destacou o espaço que o profissional da Psicologia pode ocupar na gestão pública. “A/o psicóloga/o tem um olhar e uma contribuição importantes para agregar a esse processo, não só na dimensão da saúde, mas também atuando como protagonistas da formulação das políticas públicas, seja na área da criança e do adolescente, seja na questão racial.”

A Prefeitura de São Paulo aderiu ao plano Juventude Viva em 2013. As atividades acontecem em articulação com o Governo Federal – que lançou a iniciativa – e envolve um trabalho integrado de 14 secretarias municipais. “O objetivo é reduzir a vulnerabilidade da juventude negra, moradora da periferia, com a criação de estratégias de ampliação de direitos, enfrentamento do racismo e o direcionamento de políticas públicas para os territórios atingidos pelos mais altos índices de mortalidade, por conta da violência”, explica.

Um dos focos do plano é identificar onde estão concentrados os jovens em maior situação de exclusão social. Segundo o coordenador, é preciso otimizar a articulação de políticas públicas. “Precisamos pensar em um modelo de cidade em que os direitos humanos e a questão da superação do racismo, do machismo ou da homofobia possam estar no centro da construção de um projeto novo de cidadania”, finaliza.

Irlandês de nascimento, o padre Jaime Crowe está no país há 45 anos, 27 deles vividos no Jardim Ângela, na periferia da zona sul de São Paulo, onde reside. Ele trouxe para o debate suas experiências, marcadas por uma atuação de enfrentamento de situações que fazem com que o bairro ainda permaneça no topo dos indicadores de mortalidade associada à violên-

cia na capital paulista.

Segundo padre Jaime, não é de hoje que a problemática de extermínio de jovens marca essa região - formada pelos distritos de Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís, e que se tornou conhecida como o "Triângulo da Morte". É um contexto originado nos anos 1970.

Quando criou em 1987 a Paróquia Santos Mártires, ele levou adiante um objetivo: fazer com que as pessoas que vivem no Jardim Ângela se apropriassem da região e cultivassem o sentimento positivo de que aquele bairro pertence a elas. "Querendo ou não, as periferias são renegadas. São vis-

tas como a não-cidade".

Era preciso começar a romper um círculo vicioso, marcado pela cultura do medo e da morte. Em 1996, no auge da violência, padre Jaime mobilizou a população local. "Tomamos a iniciativa de juntar a sociedade civil organizada. Realizamos reuniões, que chamamos de Fóruns em Defesa da Vida. Organizamos, em 1996, uma Caminhada pela Paz, até o cemitério do Jardim São Luís, onde estavam sendo enterrados autores e vítimas da violência. Reunimos 5 mil pessoas, o que já foi uma conquista para a época. Neste ano, aconteceu a 19ª edição dessa caminhada", cita.

Para o presidente da Fenaj, a função da mídia é necessariamente reproduzir o outro, e não a si mesma. Paradoxalmente, ele vê a mídia agora reproduzindo o que fez à época do golpe militar de 1964, ao tentar deslegitimizar o sistema político.

Diante deste cenário, a única solução apontada por Celso Schröder é regular, tarefa que à época da Constituição de 1988 os legisladores não foram capazes de cumprir. Para ele, algumas ações positivas se sucederam ao fracasso retumbante da Constituinte, como a própria criação do FNDC, que reuniu grupos da sociedade civil interessados no processo. "O CFP foi o primeiro ator social a aderir ao FNDC", lembrou Celso Schröder. Para ele, não existe no Brasil um projeto de comunicação, apenas um modelo de negócio.

"Para que se crie uma força nacional em prol de uma reforma nas comunicações, há alguns obstáculos, a saber: falta de consenso no movimento, falta de vontade política do governo, há uma confusão técnica e ideológica a respeito de novas tecnologias", diz Schröder. Ele destaca o que chama de mistificação da internet, ao se atribuir a ela um papel de mídia, ignorando sua função de negação do outro e, portanto, reforçando um aspecto de narcisismo midiático. "Há a falsa colocação de que a internet em si mesma é a própria democratização da comunicação", sentencia.

A Influência dos Meios de Comunicação em Questões de Interesse Social: um Exagero?

Em debate, a mídia e seu papel como formadora de opinião, a sua influência na sociedade e nos próprios rumos da nação. A presidenta do CRP SC, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, foi a mediadora do debate, destacando a necessidade das entidades e Conselhos de Psicologia não ficarem de fora dos debates nacionais sobre mídia, observando sua participação histórica no FNDC (Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações), que reúne um conjunto de entidades pela regulamentação e fim dos monopólios nos meios de comunicação.

Celso Schröder, presidente da Fe-

naj (Federação Nacional dos Jornalistas), fez apresentação intitulada "A Influência dos Meios de Comunicação de Massa em Questões de Opinião Pública". E foi taxativo: "A mídia interfere decisivamente sobre a opinião pública. Mas interfere muito menos do que gostaria". Para ele, ao longo dos últimos anos vem havendo na mídia a desconstrução da política, ao dar ênfase aos casos de corrupção, levando tudo para o campo da moral, como uma forma de se comprovar que o local mais legítimo está na comunicação, o que na opinião dele não deixa de ser uma luta pelo poder.



O psicólogo Marcos Ribeiro Ferreira, Celso Schröder, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e João Féres Junior: A Influência dos Meios de Comunicação



Guilherme Boulos, Elisa Zanerato Rosa e João Sette Whitaker Ferreira: Espaço e Moradia

Para o jornalista, rede social não é sinônimo de mídia social.

O cientista político João Féres Junior, doutor e coordenador de Grupo de Estudos de Ação Afirmativa na UERJ, diz que no Brasil a mídia está nas mãos de famílias tradicionais que já se alternaram no poder e que atuam fortemente na manipulação dos debates sobre a regulamentação das comunicações. Ele criou no IESP (Instituto de Estudos Sociais e Políticos) da Universidade um indicador para medir o peso que os meios de comunicação dão para as ações de diferentes governos. É o chamado "Manchetômetro" (www.manchetometro.net) - o portal está em fase de atualização.

Féres Junior fez um comparativo entre as eleições presidenciais de 2010 e 2014 em relação às anteriores, para mostrar a força de manchetes negativas nos principais jornais do Brasil às vésperas dos pleitos. A análise foi feita sobre quatro grandes disseminadores de informação do País: os jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e o televisivo Jornal Nacional. A análise primeiramente foi feita sobre a cobertura dos candidatos e também sobre as notícias publicadas a respeito do governo. "No período, vê-se

que há um enquadramento muito negativo sobre a economia (governo federal do PT)", pontuou o acadêmico, ilustrando os dados do levantamento em comparação ao que se dizia na mesma época sobre a crise da falta de água em São Paulo (governo estadual do PSDB), que quase nunca aparecia. Na época de pré-eleições, o Manchetômetro registou nada menos do que 700 manchetes negativas da economia, sempre com viés anti-Dilma, anti-PT e anti-Lula.

O professor, no entanto, nega a premissa de que mídia deve ser sempre um contrapoder. "O que se mostra no Brasil é que ela faz papel de um partido de oposição de direita", diz. Para ele, é necessário haver a regulação da mídia "porque ela tem consequência na opinião política."

Os psicólogos na mesa fecharam os debates lembrando que a finalidade desse debate não é defender governos: "A sociedade tem o direito de se ver nas questões publicadas", assinalou Jaira Rodrigues. E ela reforça ser necessário que o CFP volte a ter protagonismo na luta pela democratização das comunicações. A Psicologia também deve contribuir para a construção de um processo razoável e democrático de comunicação.

Espaço e Moradia: Direito à Cidade, Direito à Vida Digna

A presidenta do CRP SP, Elisa Zanerato Rosa, foi a mediadora da mesa, encerrando o ciclo de debates "Diálogos Im (Pertinentes)". A psicóloga abriu o debate lembrando se tratar de um tema para o qual a Psicologia deve estar atenta à medida que amplia sua presença nas

políticas públicas, num trabalho no qual as/os profissionais constantemente se deparam com as questões de moradia e os impactos da constituição das cidades nos territórios e sujeitos atendidos.

João Sette Whitaker Ferreira, professor da FAU-USP (Faculdade de

Arquitetura e Urbanismo), foi enfático: "Nós vivemos hoje no Brasil uma verdadeira tragédia urbana. Morre-se por causa da violência, da poluição, do trânsito, da especulação imobiliária. A grande questão é por que a cidade brasileira não é uma cidade digna", colocou. Para ele, a cidade é essencialmente constituída pelo Estado, não adiantando querer privatizá-la. Ainda assim, conforme discorreu, as ações de privatização dos espaços são feitas sob a égide pública.

Sua apresentação se baseou numa exibição de imagens de cidades europeias caracterizadas por adensamento e concentração de população nas proximidades onde está também localizada toda a infraestrutura urbana. Para ele, em triste contraposição, no modelo brasileiro a cidade é um mero espaço de reprodução do capital. Devido ao modelo de crescimento econômico nacional desde os anos 50, baseado em desenvolvimento a partir de baixos salários, as cidades foram se ampliando num sistema que se "alimenta do atraso" e que se baseia nos interesses da construção civil. Isso se refletiu na construção de moradias precárias, longe dos centros e da infraestrutura. Para ele, nossas cidades se constituem em verdadeiras áreas de "apartheid" social.

Já Guilherme Boulos, professor de psicanálise e membro da coordenação nacional do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), diz que a especulação imobiliária existente nas grandes cidades configura uma dinâmica de expulsão das populações das regiões centrais. Nas periferias, a maior fatia dos trabalhadores tem lote de terra ocupado por autoconstrução. "Isso ▶

mostra a deterioração da qualidade, da condição de vida dos moradores”, diz. Pra ele, tudo faz parte de um processo urbano que dá maior poder à construção civil.

Boulos não poupa críticas até ao programa de governo “Minha Casa Minha Vida”, promovido como benéfico para a população mas que ele considera “um programa de transferência de recursos públicos para as empreiteiras”. Para ele, o “Minha Casa Minha Vida”, ao destinar verba fixa (são R\$ 76 milhões por empreendimento), estimula que as construtoras optem sempre por oferecer apartamentos com a metragem mínima de 39 metros quadrados, numa estratégia comer-

cial para ampliar sua rentabilidade. Para ele, ainda, o fato de o programa não ter reduzido o déficit habitacional do País – que segue na faixa dos mesmos 5,8 milhões desde 2012 - é um reflexo de que o programa não é eficiente no seu propósito. Boulos também credita o déficit de moradia à inflação dos aluguéis, dizendo que nos últimos anos este ônus aumentou de forma descontrolada. “O programa do governo acaba só enxugando gelo”, comparou.

A sua militância no MTST ocorre paralelamente ao mestrado que desenvolve na área de saúde mental. Ele presencia com essa experiência toda uma demanda social e não apenas de mercado que existe dentro do movimento,

uma vez que nas ocupações há pessoas com toda situação de desestrutura familiar e também casos de depressão.

Para João Ferreira, as iniciativas como o novo Plano Diretor da Cidade de São Paulo funcionam como “um pacto”. Mas ele teme que iniciativas em andamento, por exemplo como as propostas de desativação do atual Minhocão (viaduto que vai da zona Central até a zona Oeste da cidade), podem ter efeito perverso. O fim de uma área hoje bastante degradada em virtude do movimento de carros e poluição, na sua visão, acabará por “expulsar” a população de baixa renda que consegue viver ali, diante de uma esperada revalorização do local, pela qual não poderão mais pagar.

Diálogos Latino-americanos

A voz da Psicologia da América Latina

Programação intensa de debates envolveu profissionais de 13 países da região, trazidos pela Ulapsi (União Latino-Americana de Psicologia)



O IV CBP teve a honra de receber o Conselho Consultivo da Ulapsi (União Latino-Americana de Psicologia), realizando durante os dias do evento e como parte do CBP os Diálogos Latino-Americanos da Psicologia no Brasil.

Fundamental para o avanço da Psicologia brasileira é seu diálogo com a Psicologia latino-americana. Temos com os demais países da América Latina interseções importantes no que diz respeito à trajetória histórica e à realidade de nosso povo. Por isso, é preciso avançar na construção de saberes que representem um pensamento psicológico capaz de expressar a subjetividade latino-americana. A história dos países latino-americanos se desdobra em marcas subjetivas em nosso povo. Aprendê-las

requer enfrentar a colonização do pensamento acerca da constituição da subjetividade que marca a Psicologia e outros campos do saber com os quais dialoga.

Uma programação intensa de debates e palestras envolveu profissionais de 13 países de toda a região. Edgar Barrero Cuéllar, secretário geral da Ulapsi, participou de todo o Congresso e, dentre muitas atividades, esteve presente no Simpósio organizado pelo CRP SC sobre “Processos Formativos de Psicólogos/Formação em Psicologia”. Na ocasião, ele discorreu sobre o tema “A Descolonização como Problema Fundamental da Psicologia Latino-Americana”.

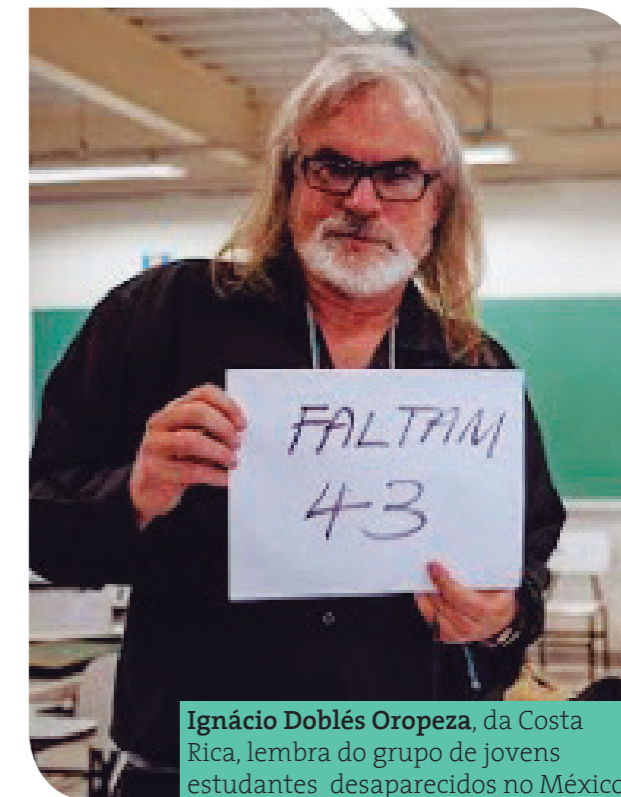
Para ele o problema que se enfrenta é passar do discurso a uma prática libertadora. “O discurso é

importante, mas é preciso ver se ele terá um caráter político condizente com a verdade ou a mentira”, diz. Cuéllar crê que a Psicologia latino-americana depende ideologicamente daquela dos Estados Unidos e da Europa. “Não se conhece, no entanto, o que se passa na Psicologia da Ásia, no Oriente, na Palestina”, diz. Para o psicólogo colombiano, trata-se de um problema estrutural e fundamental, porque influencia a própria soberania da disciplina local e pode gerar na região processos de microfascismo.

Barrero chama a atenção para este problema de ação político-cognitiva. Por isso, prega uma Psicologia com consciência de classe. Ele questiona a validade das próprias normas da APP (American Psychological Association) que



Edgar Barrero Cuéllar questiona: “Por que não temos nossas próprias normas científicas?”



Ignácio Doblés Oropeza, da Costa Rica, lembra do grupo de jovens estudantes desaparecidos no México

são seguidas em nível pan-regional: “Nunca podemos escrever em primeira pessoa, o que castra o psicólogo”. Para ele, tratam-se de mecanismos, normas latino-americanas que estão ligadas à indústria farmacêutica internacional. E ele questiona: “Por que não temos nossas próprias normas científicas? Temos de sempre ler e citar os estrangeiros, os europeus que nos colonizaram e seguem nos colonizando. Este é um problema”, assinalou. Ele trouxe ao evento exemplares do livro “El Che em La Psicología”, que foi publicado por um editora independente colombiana criada por um grupo local de autores e que conta com textos de psicólogos ligados à Ulapsi.

Para Barrero, o saber psicológico na América Latina tem de ser mais amplo, chegar às grandes maiorias historicamente excluídas, já que na região a atividade sequer é reconhecida nas políticas públicas da maioria dos países: “É preciso dar acesso à Psicologia para negros, mulatos e índios. Temos de liberar a Psicologia em primeira instância, liberá-la de sua condição histórica de estar, de maneira

consciente ou não, numa posição de submissão ao poder, de estigmatização de milhões de seres humanos, por meio de tortura psicológica, que nos chega através do que vemos, do que ouvimos e até do que comemos”, diz.

As marcas das ditaduras na América Latina

O psicólogo Ignácio Doblés Oropeza, da Costa Rica, participou do Simpósio “Direito à Memória e à Verdade”. Autor do livro “Memorias Del Dolor: Consideraciones sobre las Comisiones de la Verdad en America Latina”, publicado no final de 2009, e pesquisador da Universidade da Costa Rica, ele é fundador e coordenador da equipe Colectivo Costarricense de Psicología de la Liberación. Doblés abordou no encontro questões históricas sobre a repressão na América Latina. Num gesto muito ilustrativo da situação que ainda se vê na região, ao final de sua participação ele levantou um pequeno cartaz com os dizeres “Faltam 43?” – uma referência aos 43 jovens estudantes que desapareceram numa província mexicana, supostamente

assassinados por traficantes a mando de um político local.

Para o psicólogo, há um papel importante para a Psicologia ajudar na superação dos processos de violência que ainda ecoam na América Latina, derivados das ditaduras militares. E tal papel diz respeito a um resgate da memória. “É um papel grande, para se trabalhar em várias instâncias da Psicologia. Não são questões individuais das vítimas, mas sim sociais, é uma extensão da pauta de subjetividade, de identidade. É um assunto de discurso psicológico que muitas vezes sustenta noções da memória”, afirma.

Para ele, a/o psicóloga/o tem muito a fazer com trabalhos em grupos sobre resgate e reconstrução de memória coletiva, analisando e reconstruindo discursos. “Para a Psicologia, é um preparo muito especial e referencial, de debater, trabalhar com as vítimas, ouvir testemunhos”, afirma, destacando também que os profissionais precisam ir além, olhar para as questões sociais e políticas, não se prendendo à literatura oficial e não podendo “estar preso à fronteira disciplinar”.

Grupos de estudantes cruzam o País



IV CONGRESSO BRASILEIRO
PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO
OS IMPACTOS DA PSICOLOGIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA:
A POLÍTICA DA CIÊNCIA E DA PROFISSÃO

RIO BRANCO/ACRE

Um grupo de 26 estudantes de diversos cursos da UFAC, Universidade Federal do Acre, enfrentou 4 dias de estrada a bordo de um ônibus direto de Rio Branco para estar no IV CBP. Vieram estudantes de diversos cursos além de Psicologia: artes cênicas, música, biologia e pedagogia. Eles tiveram ajuda da Universidade para a viagem.

MANAUS/AMAZONAS

50 estudantes de Psicologia da Uninorte, de Manaus/AM economizaram recursos próprios desde o início do ano para fazerem a viagem de avião até São Paulo para



Universitários se organizaram em grupos para viagens de diversos Estados do Brasil; formação comprometida com os avanços da Psicologia



FOTO: DIVULGAÇÃO

participarem do IV CBP. São alunos desde o 4º até o 10º período, muitos deles visitando São Paulo pela primeira vez.

JUIZ DE FORA/MG

Cerca de 60 alunos e 4 professores do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES) compareceram ao IV CBP para a apresentação de oito trabalhos. A PUC-MG, mantenedora da instituição, arcou com os custos do transporte. Segundo os alunos, a diversidade de conteúdos no Congresso foi um dos pontos altos do evento.

CATALÃO/GO

O campus de Catalão da Universidade Federal de Goiás também marcou presença no Congresso, com 32 representantes. Custeados parcialmente pela instituição, os alunos se organizaram para participar dos quatro dias do evento. Segundo os estudantes, o evento foi muito bem organizado, e a única dificuldade encontrada foi em acompanhar tudo o que gostariam, graças à alta oferta de discussões.

SÃO MANUEL/SP

Um grupo de aproximadamente 15 pessoas do Instituto Municipal de Ensino Superior Aldo Castaldi, da cidade de São Manuel, no interior de São Paulo também compareceu ao evento. Por iniciativa da professora Rafaela Schiavo, os estudantes apresentaram um trabalho sobre incidência e prevalência de sintomas depressivos no pós-parto. Para eles, as oficinas foram um dos pontos fortes do evento, assim como a multiplicidade e a versatilidade dos assuntos discutidos.



UBERABA/MG

Foi um grupo de cerca de 30 alunos do campus de Uberaba da Universidade Federal do Triângulo Mineiro que veio para São Paulo. Como a maior parte deles foi ao evento para apresentar trabalhos, a Universidade, junto com a coordenadoria do curso, auxiliou os visitantes no transporte para São Paulo. Segundo os estudantes, o IV CBP trouxe diversas discussões, colocando-os em contato com abordagens pouco discutidas na Universidade.

Balanco CRP SP:

pelos avanços da Psicologia Brasileira

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo avalia sua participação no IV CBP e sua contribuição ao diálogo entre ciência e profissão



Uma atuação que só é capaz de avançar no Estado de São Paulo se for construída e enriquecida pelo diálogo com a Psicologia de todo o Brasil. Esse pensamento sintetiza o objetivo e o conjunto de esforços que referenciam o apoio do CRP SP - Conselho Regional de Psicologia de São Paulo à realização de todas as edições do Congresso Brasileiro de Psicologia.

Nesta quarta edição do CBP: Ciência e Profissão, não foi diferente. A importante contribuição do CRP SP ao evento se intensifica à medida que também ganha força o propósito que inspirou o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) a organizar este, que é o maior encontro da categoria no país.

No balanço feito por Elisa Zaneratto Rosa, presidenta do CRP SP, essa atuação do conselho paulista tem colaborado para consolidar o Congresso como espaço de encontro, no qual a ciência dialoga com os novos desafios da pro-



Estande promovido pelo CRP SP no hall do prédio principal da Uninove

fissão - e de uma profissão cujos desafios produzidos cotidianamente pela prática se traduzem também em novos campos de produção de conhecimento.

“Desde o início, apoiamos e patrocinamos esse Congresso. Respondemos ao chamado do FENPB, com a certeza de que temos con-

dições necessárias para poder fazer acontecer esse encontro. Só as possuímos porque somos São Paulo dentro de um Brasil que nos faz, por caminhos muitas vezes tortos, ter essa condição. Oferecemos nossa contribuição para a construção de um projeto plural e nos posicionamos para essa atuação par-

Participação do CRP SP no IV CBP

37 atividades realizadas

- 5 Conferências
- 10 Minicursos
- 20 Simpósios
- 1 Conversando Sobre
- 1 Como eu Faço



Temáticas e abordagens que se destacaram pela inovação

- Condições de trabalho
- Atenção psicossocial
- Medicalização e patologização da vida
- Avaliação Psicológica e Direitos Humanos
- Racismo
- Feminino e profissão
- Violência e questões de gênero
- Violência de Estado
- Psicologia latino-americana

ceira, conduzida em conjunto pelo campo organizado da Psicologia. O CBP é nosso, é de todos nós. E só por isso vem se constituindo como esse grande momento de encontro das Psicologias de todo o país. Precisamos de todos para avançarmos em relação aos desafios que temos para a construção da atuação que o Estado de São Paulo necessita. E eles não são poucos”, destacou Elisa, em seu discurso na cerimônia de abertura do IV CBP. Ali ela também saudou a presença de participantes de todo o País, lembrando as contribuições da Psicologia de cada região ao projeto nacional de ciência e profissão e destacando as boas vindas aos participantes dos diferentes estados a São Paulo.

Frentes de atuação

Segundo Elisa, quatro grandes linhas de frente caracterizaram a participação do CRP SP no IV CBP e ajudam a tangibilizar - e a dimensionar - a relevância dessa contribuição. São elas: a participação na concepção política do evento; a viabilidade administrativa tanto

para a organização quanto para a realização do Congresso; a proposição de atividades e de temas a serem debatidos; a divulgação e mobilização da categoria, que se deu também por meio da interação com outros conselhos regionais de Psicologia.

“Na mobilização da categoria para o Congresso, o CRP SP compartilhou com o CFP e os outros conselhos regionais a importância de fazer chegar as informações sobre o evento, para que todos se sentissem convocados a participar dessa divulgação e fossem multiplicadores junto aos demais colegas de todo o Brasil”, avalia a presidenta do CRP SP.

Elisa e um dos conselheiros do CRP SP, Luís Fernando de Oliveira Saraiva, integraram a Secretaria Executiva do IV CBP. Na opinião de Luís, atuar nessa instância possibilitou ao conselho paulista interagir desde a definição e a disponibilização da infraestrutura essencial ao evento até a composição da programação de atividades.

“É fundamental termos uma entidade que integra o Sistema

Conselhos de Psicologia, ajudando na construção do Congresso. Os regionais são as entidades que mais têm contato com a categoria. Temos essa maior e estratégica proximidade com a realidade vivida pelas/os psicólogas/os. Por conta desse relacionamento, desenvolvemos um olhar atento para aquilo que é necessário discutir para fazer avançar a Psicologia. Ou seja: quais os desafios concretos que os profissionais estão enfrentando no seu cotidiano de trabalho; quais os temas de seu interesse, quais os dilemas vividos nesse cotidiano da profissão”, comenta o conselheiro do CRP SP.

Desafios em pauta

Esse contato direto com a categoria ajudou a pautar temas e atividades propostos pelo CRP SP à organização do IV CBP. De acordo com Luís Saraiva, foram priorizados eixos de discussões que fossem menos setoriais transversais aos diferentes campos de atuação das/os psicólogas/os. “Buscamos intensificar o diálogo dos profissionais com as realidades distintas ▶



Produção audiovisual: gravação de depoimentos de psicólogas/os para o Projeto “PsicologiaTodo Dia em Todo Lugar”

e vividas em diferentes áreas, em diferentes atuações, em diferentes abordagens teóricas, em diferentes práticas. E isso reflete muito o trabalho já desenvolvido pelas Comissões do CRP SP”, ele explica.

Elisa acrescenta que essa contribuição do CRP SP - ao trazer para o IV CBP temas transversais - vem fomentar ainda mais um debate que precisa crescer entre várias áreas da Psicologia. É o caso do conceito de Atenção Psicossocial, por exemplo. Muito utilizados nas áreas de saúde e assistência social, o diálogo entre esses campos das políticas públicas é essencial e precisa ser provocado. Outra perspectiva das atividades do CRP SP foi o diálogo não só no âmbito da Psicologia, mas com movimentos sociais e profissionais de outras áreas. “Ao propormos essas atividades, nossa ideia era a de tratarmos de questões que percebemos como urgentes para a regulamentação e o exercício da nossa profissão e que requerem diálogo e interface com outros campos”, salienta.

Uma das temáticas que inspiraram atividades propostas pela entidade teve foco nas condições de trabalho da/o psicóloga/o e suas consequências na qualidade da atuação. Além de se tratar de um debate a ser feito, há que considerar o rigor e a complexidade com que precisa ser conduzido.

“Buscamos entender melhor o quanto as condições concretas de trabalho interferem diretamente no exercício profissional, na qualidade ética e técnica. Esse é um debate que vai se tornando ainda mais complexo, à medida que precisamos olhar não só as condições de trabalho, como também as implicações profissionais de nossa atuação”, considera Luís Saraiva.

Na vanguarda dos temas

Elisa vê a realização de 37 atividades promovidas pelo CRP SP durante o IV CBP (veja box) como parte da obrigação da entidade de endereçar demandas importantes com foco no presente, mas com os olhos no futuro da Psicologia. E isso impactou, positivamente, a

programação da última edição do Congresso. Uma das prioridades é evidenciar o que a categoria vem produzindo de conhecimento, sistematicamente por meio de novas formas de enfrentamento de problemas sociais.

“Na nossa profissão, já vínhamos ampliando espaços de intervenção, atuando em novas políticas, atuando em novos espaços de trabalho, atuando em equipes multiprofissionais. Com isso temos também promovido mudanças nas práticas que precisavam se refletir no processo de produção e sistematização do conhecimento”, ela afirma.

Segundo Luís Saraiva, na comparação com edições anteriores, o IV CBP mostra uma evolução com a intensificação do caráter radical desse diálogo entre ciência e profissão.

“O CRP SP demonstra essa preocupação de fomentar discussões de vanguarda para trazer assuntos inéditos ou que tenham, pelo menos, uma abordagem inédita. Isso é vital para a evolução da nossa categoria, pois temos na sociedade

vários contextos em transformação, que acabam impactando a atuação da/o psicóloga/o”, diz o conselheiro.

Escancarar problemas dos nossos dias tem o objetivo de aproximar a categoria dessas temáticas. O IV CBP dedicou, por exemplo, atividades ao debate sobre racismo - muitas dessas iniciativas propostas pelo próprio CRP SP - e inovou, ainda, na abordagem sugerida para falar sobre aborto, luta antimanicomial, medicalização e patologização da vida.

“Inovamos no sentido de abrir espaço para falarmos daquilo que precisamos falar, principalmente daquilo que requer a presença de psicólogas/os. Nesta edição, abordamos temas polêmicos, que esbarram em aspectos intensamente conservadores da nossa sociedade. Nesse sentido, o CRP SP se põe à frente desse processo, com o propósito de provocar esses diálogos, porque entendemos que são mais do que pertinentes à nossa atuação profissional.”

Viabilizando a presença de São Paulo

Outro papel importante, que configurou a participação do CRP SP junto ao IV CBP, foi a mobilização de psicólogas/os no Estado de São Paulo.

O conselho divulgou amplamente o Congresso. A partir de suas subseções, localizadas em várias regiões do Estado, criou condições para que profissionais pudessem comparecer ao evento. As caravanas organizadas em diversas localidades, que facilitaram a vinda à capital paulista, são exemplo disso. “Incentivamos essa organização coletiva e investimos fortemente na mobilização da categoria em todo o Estado”, cita a presidenta do CRP SP.

Compromisso social e protagonismo

Os avanços observados na proposta do IV CBP para radicalizar o diálogo entre ciência e profissão não deixaram de preservar um referencial importante nesse

processo: o compromisso social da Psicologia.

“Toda a nossa atuação é norteada, sempre, pela contribuição da Psicologia para a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, em que os direitos e a cidadania da população sejam garantidos. Essa é a tônica das nossas propostas, que nos mostram o quanto temos de intensificar ainda mais essa discussão. Trata-se de uma discussão de grande potência, presente nas atividades que o CRP SP propõe e, por meio delas, atuamos sempre muito alinhados com a concepção do CBP”, diz Luís Saraiva.

E falar de protagonismo da/o psicóloga/o implica convocar a categoria a uma atitude plenamente comprometida com a transformação da realidade brasileira - e de enfrentamento de diversas problemáticas que permeiam nosso cotidiano.

“É disso que falamos quando

abordamos o papel de protagonista que o profissional da nossa área pode ter. Quando defendemos o compromisso social da Psicologia, falamos da criação de uma nova ética da nossa profissão. Isso significa pensar sobre quais os valores que defendemos e a serviço do que trabalhamos. Acho que essas são perguntas que vão atravessando todas as discussões que conduzimos com a nossa categoria”, reflete o conselheiro do CRP SP.

Nesta quarta edição do CBP, o CRP SP também renovou seu compromisso com a Psicologia Brasileira - observa Elisa. “Somos um conselho regional com uma estrutura suficiente para apoiar esse evento. Colocamos nossos esforços a serviço da organização, trabalhamos muito para receber o Congresso e estamos muito felizes por contribuir, ao lado de todos os outros estados do Brasil, com a Psicologia brasileira”, reforça.





IV CONGRESSO BRASILEIRO PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO

OS IMPACTOS DA PSICOLOGIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA:
A POLÍTICA DA CIÊNCIA E DA PROFISSÃO

